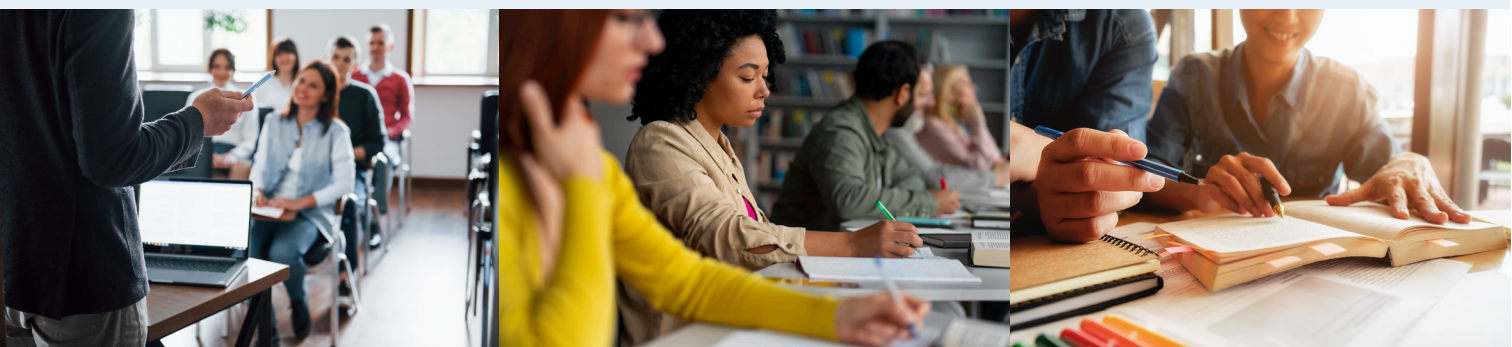


# Saber e o Fazer dos Docentes

## volume 9



Rodrigo Machado  
Fabrícia Petronilho  
Melissa Watanabe  
Merisandra Côrtes de Mattos Garcia  
Ismael Gonçalves Alves  
Fernanda Guglielmi Faustini Sônego  
Marcelo Feldhaus  
Graziela Amboni Machado Menezes  
Gisele Silveira Coelho Lopes  
Luciane Bisognin Ceretta  
(Orgs.)

# Saber e o Fazer dos Docentes

Volume 9



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

Rodrigo Machado  
Fabrícia Petronilho  
Melissa Watanabe  
Merisandra Côrtes de Mattos Garcia  
Ismael Gonçalves Alves  
Fernanda Guglielmi Faustini Sônego  
Marcelo Feldhaus  
Graziela Amboni Machado Menezes  
Gisele Silveira Coelho Lopes  
Luciane Bisognin Ceretta  
(Orgs.)

# Saber e o Fazer dos Docentes

Volume 9



Chapecó, 2023



FUNDAÇÃO  
UNIVERSITÁRIA DO  
DESENVOLVIMENTO

Presidente

Vincenzo Francesco Mastrogiacomio

Vice-Presidente

Ivonei Barbiero



Reitoria

Reitor: Claudio Alcides Jacoski

Pró-Reitora de Graduação e Vice-Reitora: Silvana Muraro Wildner

Pró-Reitora de Pesquisa, Extensão, Inovação e Pós-Graduação: Andréa de Almeida Leite Marocco

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Márcio da Paixão Rodrigues

Pró-Reitor de Administração: José Alexandre de Toni

Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Vanessa da Silva Corralo

Este livro ou parte dele não podem ser reproduzidos por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

---

S115 Saber e o fazer dos docentes - Vol. 9 [recurso eletrônico] / Machado,  
Rodrigo ... [et al.] (Orgs.). -- Chapecó, SC: Argos, 2023.  
58 p.: il.

Livro eletrônico  
Formato: PDF  
Inclui bibliografias  
ISBN: 978-85-7897-350-6

1. Direitos humanos - História. 2. Educação alimentar. 3. História - Estudo e ensino. 4. Promoção de saúde. I. Petronilho, Fabrícia. II. Alves, Ismael Gonçalves. III. Guglielmi, Fernanda. IV. Sónego, Faustini. V. Feldhaus, Marcelo. VI. Menezes, Graziela Ambini Machado. VII. Lopes, Gisele Coelho. VIII. Ceretta, Luciane Bisognin. IX. Título.

CDD: Ed. 23 -- 370.7

---

Catálogo elaborado por Bibliotecária Nádia Kunzler CRB 14/1785  
Biblioteca Central da Unochapecó



Todos os direitos reservados à Argos Editora da Unochapecó

Servidão Anjo da Guarda, 295-D - Bairro Efapi - Chapecó (SC) - 89809-900 - Caixa Postal 1141  
(49) 3321 8218 - [argos@unochapeco.edu.br](mailto:argos@unochapeco.edu.br) - [www.unochapeco.edu.br/argos](http://www.unochapeco.edu.br/argos)

Editor-chefe: Ivo Dickmann

Conselho Editorial

Titulares: Odisséia Aparecida Paludo Fontana (presidente), Cristian Bau Dal Magro (vice-presidente),  
Andréa de Almeida Leite Marocco, Vanessa da Silva Corralo, Rosane Natalina Meneghetti, Cleunice Zanella,  
Hilario Junior dos Santos, Rodrigo Barichello, André Luiz Onghero, Marilandi Maria Mascarello Vieira,  
Diego Orgel Dal Bosco Almeida, Aline Manica, Andrea Diaz Genis (Uruguai),  
José Mario Méndez Méndez (Costa Rica) e Suelen Carls (Inglaterra).

Suplentes: Márcia Luiza Pit Dal Magro, Cristiani Fontanela, Eliz Paula Manfroi, Marinilse Netto, Liz Girardi Muller

# Sumário

| clique no título para acessar o artigo |

## **Ensino de história e direitos humanos:**

### **uma experiência de ensino sobre a Guerra do Vietnã**

Fábio Borges Ribeiro Júnior

Patrick Dutra

Jaqueline da Silva Cardoso

Michele Gonçalves Cardoso

## **Educação Alimentar e Nutricional nas Clínicas Integradas:**

### **Espaço de promoção e prevenção de Saúde**

Lariani Tamires Witt Tietbhl

Heloisa Evaldt Borges

Paula Rosane Vieira Guimarães

Rita Suselaine Vieira Ribeiro

## **O império romano e as práticas religiosas:**

### **uma experiência de ensino de história**

Fábio Borges Ribeiro Júnior

Michelle Maria Stakonski Cechinel

## **Ação de educação alimentar e nutricional no estágio de saúde coletiva referente à avaliação do estado nutricional de crianças de até 6 anos**

Innayá Daltoé

Aline Antunes Ghidolin

Graziela da Rocha Nicoladeli

Rita Suselaine Vieira Ribeiro

Paula Rosane Vieira Guimarães

# Sumário

| clique no título para acessar o artigo |

**Diagnóstico territorial em saúde mental: relato de estágio em psicologia social no projeto de extensão “esperança do verbo esperar: fortalecimento de vínculos comunitários para a promoção de saúde no território Paulo Freire II”**

Tamiris Cardoso Costa

Thalita Felisberto da Silva

Dipaula Minotto da Silva

Zolnei Vargas Ernesta de Cordova

**Possíveis conexões entre a arte antiga e as práticas contemporâneas: o uso de tecnologias para produção audiovisual em sala de aula**

Aline Delavechia Rodrigues

Francine Nazário-Silva

# Ensino de história e direitos humanos: uma experiência de ensino sobre a Guerra do Vietnã

Fábio Borges Ribeiro Júnior<sup>1</sup>

Patrick Dutra<sup>1</sup>

Jaqueline da Silva Cardoso<sup>1</sup>

Michele Gonçalves Cardoso<sup>1</sup>

**Resumo:** O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, no seu Subprojeto de História, teve como objetivo trabalhar o ensino voltado ao tema dos Direitos Humanos. Foi desenvolvida uma intervenção pedagógica para uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental, relacionada à Guerra do Vietnã. Na atividade os alunos conheceram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, analisando como esta foi violada em relação às crianças no contexto da guerra, a partir de comparações entre fotografias. Ao longo da intervenção buscou-se trabalhar o desenvolvimento das consciências históricas dos estudantes.

**Palavras-chave:** Consciência Histórica, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, Fotografias, Infância.

## Introdução

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, em seu Subprojeto de História (PIBID/UNESCO) tem por objetivo levar os acadêmicos do Curso de História ao primeiro contato com a educação básica, por meio de intervenções nas salas de aula da rede municipal de Criciúma/SC, supervisionados pela professora de história da escola sede do projeto. A cidade se caracteriza pelo intenso fluxo migratório desencadeado pelas atividades econômicas no sul catarinense, atraindo migrantes que se estabelecem na região em busca de melhores

---

1 Universidade do Extremo Sul Catarinense (Curso de História/Criciúma – SC)



condições de vida. Assim, a cidade e seus ambientes escolares tem se caracterizado pela multiculturalidade, o que pode gerar episódios de preconceito no contato entre diferentes culturas. Nesse sentido, o Subprojeto de História do PIBID/UNESC teve como tema central o ensino de História para os Direitos Humanos.

O PIBID/UNESC, em seu Subprojeto de História, proporcionou aos estudantes bolsistas do projeto uma série de estudos e discussões sobre o tema dos Direitos Humanos. Durante os debates, o grupo buscou relacionar esta temática com os estudos de Jörn Rüsen sobre Consciência Histórica, segundo os quais, o indivíduo pode ser influenciado pela história e seu contexto, mas ele também é um sujeito ativo nela, uma vez que estes teóricos abordam a consciência histórica como a consciência da historicidade do presente.

Assim, foi desenvolvida esta intervenção para a turma do 9º ano, relacionada à Guerra do Vietnã (1965-1975), com o objetivo de analisar a violação dos Direitos Humanos no contexto da guerra em relação às crianças, a partir do contraste entre a segurança das crianças norte-americanas e a insegurança das crianças vietnamitas. Na construção da intervenção foram seguidas as determinações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e respeitado o planejamento da professora supervisora da unidade escolar.

## **Referencial Teórico**

No processo de desenvolvimento da intervenção, os acadêmicos do Subprojeto de História do PIBID/UNESC buscaram relacionar conteúdos selecionados no planejamento da professora supervisora e as habilidades propostas pela BNCC, com o objetivo de construir uma proposta de ensino que propicie reflexões sobre os Direitos Humanos relacionados à infância. Benevides (2007) define os Direitos Humanos como aqueles direitos considerados inerentes a todas as pessoas e essenciais à vida com dignidade. Por isso, o ensino deve formar uma cultura de respeito à dignidade das pessoas, buscando desconstruir e eliminar preconceitos, visando acabar com as diferentes formas de exclusão.

Segundo Schmidt et al (2011), a Consciência Histórica é um fenômeno de organização mental individual, que busca uma orientação em relação ao tempo, permitindo ao indivíduo entender o lugar que ocupa em seu existir, a partir de narrativas históricas e expectativas traçadas no presente. As consciências históricas provêm das narrativas e conduzem a um aprendizado histórico quando construídas e trabalhadas com objetivos pedagógicos de

aprendizagem. Deste modo, a atividade pedagógica foi construída com o objetivo de articular o ensino de história com os Direitos Humanos, a partir do desenvolvimento das consciências históricas dos estudantes. A intervenção se baseou na BNCC, que define o direito do aluno de desenvolver a habilidade de “Identificar e analisar aspectos da Guerra Fria, seus principais conflitos e as tensões geopolíticas no interior dos blocos liderados por soviéticos e estadunidenses” (BRASIL, 2018, p. 433).

Assim, a intervenção objetivou levar a uma discussão sobre a violação dos Direitos Humanos em relação às crianças na Guerra do Vietnã. No recorte trabalhado (1965-1975), o conflito no Vietnã se desenvolveu dentro do contexto da Guerra Fria em um mundo bipolarizado, em que as superpotências (Estados Unidos e União Soviética) disputavam áreas de influência. Inicialmente indireto, o conflito se tornou direto com a invasão norte-americana do Vietnã em apoio às tropas do governo do sul, contrário ao Vietnã do Norte, de influência soviética e orientação comunista. A guerra foi amplamente documentada e divulgada por jornalistas e fotógrafos, gerando repercussão mundial sobre a violência empregada pelo Exército Norte-Americano contra a população civil. Conforme o historiador Paulo Visentini (2008, p. 71):

Os banhos de sangue são amplamente documentados por observadores ocidentais e não envolvem apenas a tropa e a baixa oficialidade. As Forças Armadas dos Estados Unidos nada ficam devendo aos crimes nazistas na Segunda Guerra Mundial. [...] O impacto de todos esses acontecimentos é enorme na opinião pública norte-americana e mundial. A fuga de jovens para escapar ao serviço militar se intensifica, bem como as campanhas pacifistas.

Durante a realização da atividade, os estudantes também foram apresentados à Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), com destaque para alguns artigos relacionados à vida e segurança e à prioridade em defender a infância e a maternidade: “Artigo 3º: Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. [...] Artigo 25º: [...] 2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e assistência especiais” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 2 e 6). Com a leitura e compreensão desse documento os alunos puderam identificar e relacionar as violações dos Direitos Humanos no contexto da Guerra do Vietnã.

## Metodologia

A intervenção desenvolvida buscou relacionar as violações dos Direitos Humanos relacionadas às crianças no contexto da Guerra do Vietnã, partindo de fotografias tiradas durante o conflito. Muitas dessas fotografias se tornaram famosas na mídia no período da guerra e algumas se tornaram icônicas representações e registros da violência da Guerra do Vietnã.

Assim, a atividade iniciou com a comparação da fotografia *Burst of Joy* (Explosão de Alegria), que mostra um militar americano sendo recebido por seus filhos nos Estados Unidos (Figura 1), com as fotografias de crianças vietnamitas vivendo no contexto da guerra. Entre as imagens, está a fotografia de Eddie Adams, que mostra uma família vietnamita sob o fogo de um franco-atirador, tentando se proteger enquanto fuzileiros navais dos EUA invadem uma aldeia em busca de guerrilheiros norte-vietnamitas (Figura 2).

Figura 1 – Fotografia de Slava Veder, *Burst of Joy* (Explosão de Alegria) tirada na Base Aérea de Travis, Califórnia, 17 de março de 1973



Fonte: GABRINER e ROTHMAN, 2017

Figura 2 – Fotografia de Eddie Adams, tirada na Aldeia My Son, próxima de Da Nang, Vietnã, 25 de abril de 1965



Fonte: THE GUARDIAN, 2015

Os alunos também fizeram a leitura de trechos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), com destaque para os direitos relacionados à proteção da vida e à prioridade nas garantias de direitos durante infância. A partir dessa leitura, os estudantes foram questionados sobre quais violações dos Direitos Humanos aparecem nas fotografias apresentadas, em relação às crianças vietnamitas, onde puderam identificar e relacionar as situações de desrespeito. Assim, os estudantes discutiram a garantia e a aplicação dos Direitos Humanos, percebendo e destacando a diferença entre o alto valor atribuído à vida das crianças norte-americanas e as violações dos Direitos Humanos sofridas pelas crianças vietnamitas durante a guerra.

## Resultados

Com a aplicação da intervenção na escola e a realização da atividade pelos estudantes, foi possível que estes desenvolvessem suas consciências históricas, discutindo o processo his-

tórico da Guerra do Vietnã e seus impactos no cotidiano das pessoas que o viveram, podendo relacioná-lo também aos contextos atuais.

Os alunos refletiram sobre o desrespeito aos Direitos Humanos durante a Guerra do Vietnã, percebendo que essas violações ocorrem em contextos de guerra, inclusive em relação às crianças. Os estudantes ainda debateram sobre a desigual aplicação dos Direitos Humanos, a partir da comparação entre fotografias, vendo que há direitos garantidos para algumas crianças enquanto outras têm seus direitos violados.

É importante destacar que a produção da intervenção, sua aplicação pela professora supervisora e a discussão dos resultados nas reuniões do Subprojeto de História do PIBID/UNESC proporcionaram aos acadêmicos do Curso de História o contato com a realidade da educação básica. Assim, o PIBID/UNESC cumpriu a sua finalidade ao possibilitar aos acadêmicos a formação ligada à prática docente desde a universidade.

## **Conclusão**

Esse trabalho se constituiu em um relato de uma experiência de ensino vivida durante a participação dos acadêmicos do Curso de História da UNESC no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. No Subprojeto de História, os acadêmicos planejaram uma intervenção pedagógica voltada para uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental.

Deste modo, por meio das leituras e discussões em grupo, foi possível construir uma sequência didática com o objetivo possibilitar o desenvolvimento das consciências históricas dos estudantes. Escolheu-se para a intervenção pedagógica o tema da Guerra do Vietnã e a atividade teve como foco os Direitos Humanos relacionados à infância. O objetivo da sequência didática foi levar os estudantes a analisar as violações dos Direitos Humanos ocorridas durante a Guerra do Vietnã em relação às crianças, a partir do contraste entre a segurança das crianças norte-americanas e a insegurança das crianças vietnamitas. Para a intervenção pedagógica foram utilizadas fotografias do contexto da guerra. Assim, os estudantes do ensino fundamental puderam desenvolver suas consciências históricas através da problematização e discussão desse processo histórico e da comparação entre as fotografias, com relação aos Direitos Humanos.

Além disso, através da construção, planejamento e aplicação da atividade, os acadêmicos de História, bolsistas do PIBID/UNESC puderam ter contato com a realidade escolar, vinculando sua formação inicial à prática docente.



## Referências

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** S. L: Programa Ética e Cidadania, 2007. 1 v. (1).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

GABRINER, Alice; ROTHMAN, Lily (ed.). **‘Who is the enemy here?’: The Vietnam War pictures that moved them most**. 2017. Time Magazine, USA. Disponível em: <https://time.com/vietnam-photos/>. Acesso em: 12 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/por.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **Jörn Hüsen e o ensino de história**. Curitiba: UFPR, 2011. 150 p. (1).

THE GUARDIAN. **Vietnam: The Real War - in pictures**. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/artanddesign/gallery/2015/apr/22/vietnam-the-real-war-a-photographic-history-by-the-associated-press-in-pictures>. Acesso em: 27 maio 2022.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A revolução vietnamita: da libertação nacional ao socialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

**Fonte financiadora:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

# Educação alimentar e nutricional nas clínicas integradas: espaço de promoção e prevenção de saúde

Lariani Tamires Witt Tietbhl<sup>1</sup>  
Heloisa Evaldt Borges<sup>1</sup>  
Paula Rosane Vieira Guimarães<sup>1</sup>  
Rita Suselaine Vieira Ribeiro<sup>1</sup>

**Resumo:** Nota-se que cada vez mais o crescente número de indivíduos com Diabetes Mellitus tipo 2, tanto em escala nacional quanto mundial. Abrangendo pessoas de todas as faixas etárias, e podendo contribuir para o surgimento de outras doenças, visto que seu tratamento além da medicação, pode se dar através de uma alimentação correta a este público. Diante disso, o objetivo desse trabalho é uma breve revisão bibliográfica sobre DM2, bem como ação de educação alimentar e nutricional para o controle da doença nas Clínicas Integradas de uma Universidade no Extremo Sul Catarinense. Na ação os pacientes com DM2 que frequentaram a Clínica no período, se mostraram receptivos e demonstraram interesse sobre a temática, levando em consideração que sempre pessoas com DM2 possuem dúvidas sobre alimentação. A realização dessa ação no estágio de Saúde Coletiva, acerca dessa temática, possibilitou aos pacientes uma forma acessível de esclarecer suas dúvidas sobre a DM2 e a alimentação, desse modo demonstrando a importância de realizar orientações a esse público.

**Palavras-chave:** Diabetes Mellitus tipo 2, epidemiologia, fisiopatologia, orientação nutricional.

## Introdução

O diabetes mellitus tipo 2 (DM2) é um problema de saúde pública mundial, que se caracteriza pela hiperglicemia e distúrbio no metabolismo de carboidratos, gorduras e proteínas, como também a resistência à insulina. Indivíduos com DM2 apresentam alto risco de complicações como retinopatia, nefropatia, neuropatia e comorbidades cardiovasculares,

---

1 Universidade do Extremo Sul Catarinense (Curso de Nutrição/Criciúma – SC)

além disso outras complicações como resistência a insulina e síndrome metabólica são comuns (DEFRONZO *et al.*, 2015).

Além de fatores genéticos, uma alimentação pobre em alimentos in natura e minimamente processados, baseada em alimentos ultraprocessados ricos em açúcares, gorduras trans e sódio, bem como o excesso de calorias e inatividade física, são fatores que levam ao desenvolvimento da obesidade e em consequência o desenvolvimento de DM2, sendo que sua principal causa é a secreção deficiente de insulina pelas células beta pancreáticas como também a captação ineficaz da glicose sanguínea pelos seus transportadores, como por exemplo o GLUT4 presente no tecido muscular. Os sintomas nem sempre são percebidos, mas os mais comuns são: urina frequente, perda de peso, falta de energia, sede em excesso, aumento de apetite, infecções, cansaço e sono excessivo e visão embaçada ou turva.

Em relação aos dados epidemiológicos mundiais, de acordo com a Associação de Diabetes Juvenil (2021), a Federação Internacional do Diabetes (IDF) estima que cerca de 537 milhões de adultos têm diabetes em todo o mundo, uma elevação de 16% (74 milhões) desde as estimativas anteriores datadas de 2019. Já no Brasil, de acordo com Vigitel (BRASIL, 2021), cerca de 1 em cada 10 indivíduos acima de 18 anos possui diagnóstico médico de DM2 e junto com a hipertensão arterial, é responsável pela primeira causa de mortalidade, de hospitalizações e de amputações de membros inferiores e representa ainda 62,1% dos diagnósticos primários em pacientes com insuficiência renal crônica submetidos a diálise, além de que o gasto com saúde relacionado ao diabetes no Brasil atingiu 42,9 bilhões de dólares em 2021, o terceiro maior do mundo.

Mesmo sendo um problema de saúde pública mundial e que cresce a cada ano, os profissionais da saúde ainda enfrentam dificuldades em relação a adesão do tratamento, principalmente em situações que requerem tratamentos longos, complexos, de natureza preventiva e quando requer alterações no estilo de vida do paciente, como melhorar a alimentação e praticar atividades físicas. Visto que a DM2 pode ser prevenida com um estilo de vida saudável, vê-se a necessidade de uma intervenção constante para a prevenção e controle da doença por meio de instruções sobre a conduta dietoterápica para DM2.

O presente estudo teve como objetivo uma breve revisão bibliográfica sobre DM2, bem como ação de educação alimentar e nutricional para o controle da doença nas Clínicas Integradas de uma Universidade no Extremo Sul Catarinense.



## Referencial Teórico

### *Epidemiologia do DM2*

Os números do Diabetes crescem a cada ano no mundo todo, o crescente consumo de alimentos ultraprocessados e alimentos prontos colaboram para o desenvolvimento de obesidade e em consequência o DM2. De acordo com o Atlas de Diabetes IDF (DIABETES, 2021), cerca de 541 milhões de adultos têm intolerância à glicose (IGT), o que os coloca em alto risco de diabetes tipo 2 e em relação ao DM2, cerca de 537 milhões de adultos de 20 a 79 anos estão vivendo com diabetes em todo o mundo, de forma que a doença foi responsável por 6,7 milhões de mortes em 2021, 1 a cada 5 segundos, sendo que está entre as 10 principais causas de morte, ocorrendo praticamente em metade em pessoas com menos de 60 anos. Além disso, a IDF prevê um aumento no número de DM2 de 643 milhões em 2030 e 783 milhões em 2045. Dos indivíduos com DM2, mais de 3 em cada 4 adultos vivem em países de baixa e média renda.

Em relação ao Brasil, ainda de acordo com a IDF (ASSOCIAÇÃO DE DIABETES JUVENIL, 2021) mais de 15 milhões de adultos no país são afetados pela doença e cerca de 32% do indivíduo não possuem um diagnóstico para DM2, o que acarreta em complicações graves como ataque cardíaco, derrame, insuficiência renal, cegueira e amputação de membros inferiores, implicando na qualidade de vida e maiores custos com saúde. Dentre as capitais, a que possui menor número de indivíduos diagnosticados com DM 2 é Rio Branco (6,40%) e a maior Belo Horizonte (11,28%) e Florianópolis (6,63%).

### *Fisiopatologia do DM2*

O DM2 é caracterizado por um desbalanço no metabolismo dos carboidratos, caracterizando uma hiperglicemia. A hiperglicemia deve-se por uma deficiência funcional na secreção de insulina pelas células b-pancreáticas ou resistência de tecidos-alvo aos efeitos da insulina. O excesso de nutrientes leva ao armazenamento de ácidos graxos livres, como o triglicerídeos, sendo que estes ácidos graxos livres levam a uma inflamação crônica de baixo grau e também resistência à insulina.

Dessa forma, a insulina ainda é liberada em estado pós-prandial, porém não liga-se aos seus receptores celulares e assim a glicose não é captada da corrente sanguínea para dentro das células (HAMMER, 2016).

### *Orientação Nutricional no DM2*

Uma forma prática de realizar uma orientação nutricional aos indivíduos, é por meio de ações de educação alimentar e nutricional, que visa a promoção da saúde através de uma alimentação adequada e saudável, além de ser compreendida como uma maneira de diálogo entre as pessoas e profissionais de saúde, a fim de gerar autonomia e autocuidado (BRASIL, 2022). A alimentação de um paciente com DM2, deve ser nutricionalmente equilibrada e de maneira individualizada, assim como para qualquer indivíduo. (BERTONHI; DIAS, 2018).

A Sociedade Brasileira de Diabetes (2019) recomenda que a ingestão de carboidratos deve ser predominante na alimentação, destes sendo priorizados carboidratos complexos, como os grãos integrais, visto que sua absorção ocorre de forma lenta e não tendo elevação nos índices glicêmicos. Neste grupo também estão inclusas as fibras, elas que auxiliam a retardar a absorção de glicemia, bem como ter uma maior saciedade e melhora do trânsito intestinal.

Quanto a ingestão de proteínas a SBD (2019) recomenda o consumo dando preferência a carnes magras, principalmente peixes, estes que possuem menor teor de gordura e ricos em ômega 3, ovos, leite e queijo. Além das proteínas de origem vegetal, como o feijão, lentilha, grão de bico, que além de serem fontes proteínas também tem fibras, sendo seu consumo incentivado. Acerca dos lipídios, dando ênfase ao consumo de ácidos graxos mono e poli-insaturados, como por exemplo os óleos vegetais (girassol, canola, soja, azeite de oliva) e como também as oleaginosas, e gorduras saturados limitado e isento de gordura trans.

O consumo de sacarose, conhecido popularmente como o açúcar de mesa, como forma de substituição indivíduos com DM2 utilizam os edulcorantes (adoçantes) a fim de evitar a elevação da glicemia, onde o mais indicado costumam ser a stévia, por ser mais natural, além do sorbitol, sucralose, aspartame, dentre outros. A respeito das vitaminas e minerais, segue a mesma recomendação a população em geral, possuindo uma alimentação rica e variada em frutas e vegetais.

## Metodologia

Trabalho descritivo, de revisão de literatura relato de experiência de ação de EAN durante o estágio de nutrição e saúde coletiva. Foi realizado na última sexta do mês de junho do referido ano, nas Clínicas Integradas da UNESC, no ambulatório de enfermagem, uma ação de EAN voltada ao público com diabetes mellitus tipo 2. Durante a ação foram distribuídos folders sobre DM2 contendo informações sobre o que é a Diabetes Mellitus, orientações gerais sobre a alimentação, além de receitas de fácil preparo e com ingredientes acessíveis, que podiam ser facilmente incluídos na rotina alimentar dos indivíduos.

Figura 1. Folders sobre DM2 contendo informações sobre Diabetes Mellitus e orientações gerais sobre a alimentação.



## Resultados

Durante a ação os pacientes com DM2 que frequentaram a Clínica no período, se mostraram receptivos e demonstraram interesse sobre a temática, levando em consideração que sempre pessoas com DM2 possuem dúvidas sobre alimentação. Conforme foram sendo abor-

dadas as pessoas que aguardavam para retirar insulina, tanto pacientes quanto familiares, relataram dúvidas sobre o que podiam e o que não podiam comer.

Sendo assim, torna-se cada vez mais importante fazer uma orientação nutricional adequada, além de realizar ações de EAN, uma maneira mais objetiva de auxiliar as pessoas sobre a alimentação. Visto que o número de pessoas com DM2 cresce cada vez mais e com a orientação nutricional pode melhorar a qualidade de saúde.

## Conclusão

Com o crescente número de indivíduos com diabetes mellitus tipo 2, percebe-se cada vez mais a importância de realizar ações de EAN voltada a esse público, já que a alimentação é de fácil aplicação e colabora no tratamento juntamente com a medicação. A realização dessa ação no estágio de Saúde Coletiva, acerca dessa temática, possibilitou aos pacientes uma forma acessível de esclarecer suas dúvidas sobre a DM2 e a alimentação, desse modo demonstrando a importância de realizar orientações a esse público. Além disso mostra-se importante deste a graduação ter um contato direto com o paciente, desta maneira é possível por em prática a teoria que é vista em sala de aula.

## Referências

ASSOCIAÇÃO DE DIABETES JUVENIL (São Paulo). **FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIABETES DIVULGA NOVOS DADOS DA DOENÇA NO BRASIL**. 2021. Disponível em: <https://adj.org.br/2021/11/12/idf-divulga-dados-sobre-o-diabetes-no-brasil/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Saúde. **Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico**. 2021. Disponível em: <http://plataforma.saude.gov.br/vigitel/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Educação Alimentar e Nutricional**. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/promocaosaude/educacao>. Acesso em: 01 jul. 2022.

DEFRONZO, Ralph A. *et al.* Type 2 diabetes mellitus. **Nature Reviews Disease Primers**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 1-22, 23 jul. 2015. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/>

org/10.1038/nrdp.2015.19. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nrdp201519>. Acesso em: 07 jun. 2022.

DIABETES no mundo em 2021. 2021. Disponível em: <https://diabetesatlas.org/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

HAMMER, G. D.; MCPHEE, S. J. **Fisiopatologia da doença**: uma introdução à medicina clínica. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

Sociedade Brasileira de Diabetes. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes**: 2019-2020. São Paulo: Clannad; 2019. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Diretrizes-Sociedade-Brasileira-de-Diabetes-2019-2020.pdf> Acesso em: 13 jun. 2022

BERTONHI, Laura Gonçalves; DIAS, Juliana Chioda Ribeiro. Diabetes mellitus tipo 2: aspectos clínicos, tratamento e conduta dietoterápica. **Revista Ciências Nutricionais Online**, v. 2, n. 2, p. 1-10, 2018. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cienciasnutricionaisonline/sumario/62/13042018180355.pdf> Acesso em: 13 jun. 2022

# O Império Romano e as práticas religiosas: uma experiência de ensino de história

Fábio Borges Ribeiro Júnior<sup>1</sup>  
Michelle Maria Stakonski Cechinel<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo é uma reflexão sobre uma experiência de ensino de História vivida no período de Estágio Supervisionado do Curso de História, da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Durante o estágio, realizado em uma turma do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, foi desenvolvida uma atividade de ensino a partir das práticas religiosas existentes em Roma no Período Imperial. Inicialmente, o artigo apresenta uma discussão a respeito da união entre teoria e prática existente no estágio a partir da pesquisa e reflexão teórica sobre a ação docente. Posteriormente há a caracterização do tema da atividade de ensino realizada com os estudantes em torno das práticas religiosas no Império Romano. Por fim, há uma discussão sobre a atividade realizada, observando os fundamentos teóricos e os resultados alcançados pela ação docente.

**Palavras-chave:** História Antiga, História Cultural, Estágio Supervisionado.

## Introdução

Este artigo é uma reflexão teórica sobre o ensino de História, a partir da experiência vivida durante a realização da disciplina de Estágio III, do curso de História, da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), cursada no primeiro semestre de 2022. O estágio foi realizado em uma turma de Ensino Médio de uma escola localizada em Criciúma/SC, parte da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina.

---

1 Universidade do Extremo Sul Catarinense (Curso de História/Criciúma – SC)

A disciplina de Estágio III contou com vários momentos: inicialmente as discussões teóricas e o período de observação, que serviram para embasar o planejamento das aulas. A atuação, momento chave da experiência do estágio, foi realizada com base no plano. Posteriormente seguiu-se um período de organização dos registros das atividades desenvolvidas e de reflexão sobre a ação docente.

Neste artigo, destaca-se uma das atividades realizadas durante a atuação em sala de aula, desenvolvida com o objetivo de levar os estudantes à apropriação de conhecimentos históricos sobre as trocas culturais na História Antiga, especificamente no Império Romano. A atividade mediada pelo estagiário trouxe para a discussão o tema das trocas culturais em torno dos cultos religiosos na Roma Antiga, buscando nesse estudo a apropriação pelos alunos do tema da história de Roma vista em um contexto mais amplo, considerando não apenas as relações político-militares, mas também as interações e trocas culturais entre os romanos e os povos vizinhos. Também se buscou a compreensão dos alunos sobre as influências de outros povos na cultura romana, evidenciando o caráter histórico das culturas, que são forjadas ao longo do tempo pelos seres humanos. Assim, é possível superar outras abordagens, como a da mitologia greco-romana por vezes apresentada como uma tradição estanque e fixa.

Portanto, neste artigo, inicialmente será abordada a importância do estágio na formação docente. Posteriormente será caracterizado o tema das atividades desenvolvidas. Por fim, serão discutidos os resultados alcançados com a atividade realizada em sala de aula.

## **Referencial Teórico**

O estágio é parte fundamental dos cursos de licenciatura e o período onde os acadêmicos têm contato direto com as escolas da educação básica. Pimenta e Lima (2006) destacam que o estágio é mais que a aquisição e aplicação de técnicas de ensino ou a reprodução da prática profissional de outros professores. As autoras afirmam a necessidade de o estágio ser uma prática embasada em teoria, indispensável para formar o professor como um pesquisador, que confronta as suas ações e as práticas escolares com teorias educacionais.

Portanto, o estágio não deve dicotomizar teoria e prática (PIMENTA; LIMA, 2006). Nesse sentido, é preciso discutir as experiências de atuação no estágio, contribuindo para uma formação docente mais consciente e crítica – consciente das limitações e dos potenciais das metodologias, crítica da realidade social em que se insere. Assim, as práticas escolares e



a ação docente se tornam objetos de pensamento teórico, passando a embasar novas práticas. Através das disciplinas de estágio esse movimento de reflexão sobre o trabalho docente tem a possibilidade de começar ainda na formação inicial dentro da universidade.

Assim, a escola escolhida para o estágio faz parte da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, localizada em Criciúma/SC. O estágio aconteceu em uma turma do primeiro ano do Ensino Médio, tendo Roma Antiga como conteúdo de ensino.

Sobre o ensino de História Antiga, Carvalho (2020) chama a atenção para a necessidade de romper com abordagens eurocêntricas, que dicotomizam Oriente e Ocidente e destacam Grécia e Roma como raízes da Europa, separando-as das demais sociedades da Antiguidade. Além disso, essas abordagens trazem a noção de evolução na Histórias das civilizações, onde o Ocidente é o padrão e as demais experiências históricas são consideradas atrasadas. Assim, Carvalho (2020) sugere, que ao ensinar História se busque compreensão da interação entre as sociedades do mundo antigo e do multiculturalismo existente no período. Roma e Grécia devem ser compreendidas em suas relações de trocas culturais com os povos que viviam em torno do Mediterrâneo. Uma das possibilidades desse ensino é abordar os diferentes cultos praticados em Roma e no Império. Muitos desses cultos tinham origem em outros locais e contextos e, quando chegavam em Roma, eram ressignificados e apropriados pela população na sua prática religiosa.

Sendo assim, foi desenvolvida uma atividade, que consistiu em um trabalho em equipe em forma de seminário, em que cada grupo ficou encarregado de explicar para a turma um dos cultos existentes em Roma. Por questão de tempo e organização, foram escolhidos apenas quatro cultos religiosos, que precisam ser aqui caracterizados para melhor entendimento.

O primeiro culto apresentado foi a religião tradicionalmente praticada pelos romanos. A esse respeito, Rosa (2006) e Parra (2010) evidenciam que os deuses romanos eram cultuados sempre com a preocupação ritual. Para os romanos era necessário observar estritamente os rituais religiosos para manter a harmonia na relação entre deuses e humanos (a chamada *pax deorum*). As autoras também mostram que a religião romana estava dividida em classes de sacerdotes, com pouca participação das mulheres. Estas encontravam um espaço restrito no grupo das sacerdotisas da deusa Vesta (as virgens Vestais), que tinham o dever de se manterem castas e a função de preservar acesa a chama de Roma para garantir o bom destino da cidade. Além disso, Rosa (2006) e Parra (2010) destacam que a religião romana tinha uma importante relação com as autoridades políticas e militares, que buscavam orientação para decisões na interpretação dos sinais dos deuses (tanto na natureza quanto nos Livros Sibi-



linos). Nesse sentido, vê-se um papel importante na manutenção das tradições. No entanto, Rosa (2006) cita como uma das características da religiosidade em Roma, uma abertura às inovações. Isso se explica por que estas não foram vistas como novidades pelos seus contemporâneos, mas através de certos mecanismos, como a interpretação dos Livros Sibilinos, as novidades eram tidas como reconhecimento de poderes ou divindades desde muito ativas no mundo.

Assim, enquanto Roma manteve a importância da manutenção rigorosa do ritual em suas práticas religiosas, a cidade esteve aberta à incorporação e adaptação de novas práticas e outras divindades. Nesse sentido, foi se instaurando uma diversidade religiosa em Roma, onde cultos com origem em diversos lugares se instalaram, sendo também modificados e ressignificados:

Um aspecto da cultura romana que estava sendo modificado desde a Helenização é a religião. Várias experiências religiosas de diferentes lugares do Império, ou mesmo fora dele, se instalavam e se modificavam em Roma no primeiro século e início do segundo. Vários cultos diferentes daqueles tradicionalmente praticados em Roma chegaram à cidade após o Helenismo e, ao que parece, adquiriram um grande número de seguidores, principalmente no Principado (PARRA, 2010, p. 21).

Deste modo, a segunda manifestação religiosa abordada foi o culto de Cibele (a “*Magna Mater*”), com origem na Frígia, que chegou a Roma em 204 AEC, após consultas aos Livros Sibilinos, no contexto da invasão de Aníbal Barca à Península Itálica durante as Guerras Púnicas. O culto da deusa possuía rituais de flagelação, com um grupo de sacerdotes eunucos à frente das práticas rituais, se constituindo, assim, uma inovação em relação às tradicionais práticas romanas. Parra (2010) também mostrou através da análise de fontes literárias romanas que os setores populares eram os principais praticantes desse culto.

O terceiro culto apresentado na atividade foi o culto de Ísis, com popularidade em Roma e origem no Egito. Parra (2010) destaca que o culto passou por todo o Mediterrâneo, chegando a Roma no final do século I AEC, sendo inicialmente proibido pelo Senado. Posteriormente até mesmo imperadores associaram sua imagem aos deuses egípcios, como forma de fortalecer sua autoridade. Em Roma, Ísis teve seus atributos identificados com divindades já cultuadas na cidade (como Deméter) e suas festas públicas incorporadas ao calendário religioso romano, sendo seu festival mais famoso celebrado no período de navegações em março (o *Navigium Isidis*). O culto isíaco ainda trouxe a novidade da maior participação feminina

nos rituais religiosos (PARRA, 2010). A religião tradicionalmente praticada em Roma reservava pouco espaço para as mulheres nos seus rituais, sendo marcante a atuação das Vestais.

O último culto trabalhado na atividade de ensino foi o culto de Mitra. Esse deus tinha origem persa, e chegou a Roma no século II EC. Segundo Marques (2017), Mitra pode ser interpretado tanto como um deus que governa as relações entre os homens, garantindo a ordem do mundo, quanto como um deus guerreiro. Em muitas fontes antigas do mito aparece essa duplicidade, pois o deus persa nasce da rocha trazendo em suas mãos uma tocha acesa (a luz) e um punhal (como um guerreiro). Há uma narrativa cosmogônica, no entanto, o mito mais importante do culto de Mitra é o do sacrifício do touro. Nele o deus persa entra em luta com o animal, capturando-o e sacrificando-o em uma caverna. A própria organização do culto mitraico remete a esse mito, realizando seus sacrifícios em cavernas ou locais subterrâneos semelhantes a cavernas. Marques (2017) revela a dificuldade de encontrar os significados dos mitos de Mitra, por se tratar de mitos muito antigos que foram ressignificados no Império Romano. Sabe-se, porém, que o culto era bastante praticado pelos militares romanos, e por isso mesmo difundido por todo o Império. Ainda assim, não havia uma exclusividade militar, sendo também praticado por outras classes sociais. Uma das particularidades, que diferia o culto mitraico dos demais era a proibição da participação feminina, sendo um culto reservado apenas para homens (MARQUES, 2017).

Deste modo, podemos ver que os cultos praticados em Roma no período imperial tinham origens diversas, práticas distintas e crenças de diferentes classes sociais. Cabe ressaltar que todos os cultos apresentados sofreram modificações ao longo do tempo e foram adaptados às culturas dos locais em que chegaram. Nesse sentido, Parra (2010) utiliza o conceito de hibridização cultural, apresentado por Peter Burke (2003), para explicar o processo de adaptações sofrido pelos cultos religiosos até sua chegada em Roma, bem como as adaptações ocorridas no âmbito religioso da sociedade romana:

Essa re-contextualização [*sic*] ocorreu, na verdade, várias vezes até que os cultos aqui tratados fossem adaptados à sociedade romana. Isso se deu, pois, os cultos passaram primeiro pela Grécia, o que modificou várias características e só mais tarde foram levados a Roma. O processo aqui descrito pode ser chamado, como propõe Burke, de hibridização cultural, ou seja, ideia que os encontros culturais levam a algum tipo de mistura cultural que resultam em culturas híbridas. É assim, portanto, que se pode considerar a cultura romana, no primeiro e início do segundo século, principalmente sob o aspecto religioso: uma cultura híbrida (PARRA, 2010, p. 119).

Assim sendo, o objetivo da realização dessa atividade foi levar os estudantes a uma apropriação da história de Roma, para além da visão do domínio político-militar romano sobre outros povos, compreendendo que haviam trocas e interações culturais entre os povos de em torno do Mediterrâneo. Deste modo, buscou-se uma aproximação com o campo cultural e nesse caso, através do estudo dos diferentes cultos praticados em Roma, a atividade buscou superar as abordagens de ensino que se debruçam apenas sobre a mitologia greco-romana e apresentam a ideia de uma cultura fixa, sem influências de outros povos. Portanto, a atividade focou nas práticas religiosas em Roma como um campo de interações e trocas culturais entre diferentes povos.

## **Metodologia**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes da Educação Básica. No nível do Ensino Médio, a BNCC não traz objetos de conhecimento (conteúdos) como no nível Fundamental, mas apenas competências e habilidades. Nesse sentido, cabe às escolas e professores desenvolver seus trabalhos com os conteúdos que permitam que os alunos desenvolvam as habilidades. Assim, entre as habilidades a serem desenvolvidas no estudo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, encontra-se a seguinte habilidade:

Habilidade 3 (EM13CHS103): Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros) (BRASIL, 2018, p. 572).

No desenvolvimento dessa habilidade espera-se levar os estudantes a compreensão de processos históricos de diversas naturezas (política, econômica, cultural, etc.) através da elaboração de hipóteses e argumentos, buscando uma apropriação ativa dos temas estudados. Assim, a atividade realizada durante o estágio buscou desenvolver essa habilidade, levando os estudantes a se apropriarem dos assuntos estudados, construindo suas hipóteses e argumentos sobre o processo histórico das trocas culturais nas práticas religiosas em Roma.

Além disso, historicamente a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina tem adotado em seus documentos normativos a perspectiva histórico-cultural, tendo como concepção

central a educação integral, considerada como o desenvolvimento pleno do aluno como ser humano, através da autonomia, emancipação e liberdade na apropriação do conhecimento e da cultura, visando a participação cidadã na sociedade (SANTA CATARINA, 2014, 2020). Dentro dessa perspectiva é importante a apropriação do conhecimento pelo estudante, através da interação tanto com os objetos de estudo quanto com os colegas e com o professor – sendo este, um mediador no processo de ensino aprendizagem (REGO, 1995). Assim, a atividade se desenvolveu também de acordo com essa concepção de educação, que é adotada pela escola, parte da Rede Estadual de Ensino.

Para tanto, inicialmente foram realizadas aulas introdutórias sobre Roma Antiga, que funcionaram como uma contextualização histórica, onde os alunos puderam se apropriar da história romana em linhas gerais. Assim, ao iniciar a atividade, os estudantes já tinham conhecimento dos tempos, espaços e principais conjunturas que formam a trama da história de Roma. Nessas aulas o estagiário também pôde perceber os níveis de aprendizagem e o envolvimento dos alunos com o assunto estudado.

Posteriormente, foi realizada a atividade de ensino aqui relatada. Ela se constituiu em um trabalho em equipe em forma de seminário, onde os estudantes de cada grupo deveriam ler, interpretar e discutir textos previamente preparados e selecionados pelo estagiário. Posteriormente cada equipe deveria socializar com a turma seu entendimento do assunto. Para a atividade cada equipe recebeu um texto sobre um dos cultos existente no Período Imperial em Roma: o culto tradicionalmente praticado em Roma, o culto de Cibele, o culto de Ísis e o culto de Mitra. Como forma de mediar a atividade dos estudantes, os grupos se orientaram por um pequeno roteiro elaborado pelo estagiário, contendo as questões básicas a serem abordadas no seminário. Dessa forma, o objetivo era o desenvolvimento de um estudo coletivo da turma mediado pelo estagiário.

O formato de seminário foi escolhido para a atividade por se pensar que esse era o modo mais adequado de desenvolver o aprendizado dos alunos, a partir dos temas definidos. Isso, por que o aprendizado aqui é tido como uma apropriação do conhecimento pelos alunos, em uma relação ativa do estudante com o objeto de estudo, com vistas a enriquecer a sua compreensão sobre a realidade e nela atuar:

Há uma atividade do sujeito em relação aos objetos de conhecimento para assimilá-los; ao mesmo tempo, as propriedades do objeto atuam no sujeito, modificando e enriquecendo suas estruturas mentais. Por esse processo, formam-se conhecimentos e modos de

atuação pelos quais ampliamos a compreensão da realidade para transformá-la, tendo em vista necessidades e interesses humanos e sociais (LIBÂNEO, 1990, p. 84).

Também foram mobilizadas nos estudantes as habilidades de síntese e de interpretação de textos. Os alunos precisaram ler e interpretar o texto, selecionando e sintetizando nos materiais entregues as informações mais relevantes para suas apresentações sobre o tema. Era necessário que, a partir dos textos, os alunos construíssem e expusessem suas próprias compreensões dos assuntos, gerando assim uma apropriação ativa do conhecimento histórico.

No entanto, a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades não devem ser vistos como processos individuais, ocorrendo isoladamente. Conforme a perspectiva histórico-cultural, é necessário considerar a interação com os outros estudantes e com o professor no processo de ensino e aprendizagem:

Essas [interações sociais] passam a ser entendidas como condição necessária para a produção de conhecimentos por parte dos alunos, particularmente aquelas que permitam o diálogo, a cooperação e troca de informações mútuas, o confronto de pontos de vista divergentes e que implicam na divisão de tarefas onde cada um tem uma responsabilidade que, somadas, resultarão no alcance de um objetivo comum (REGO, 1995, p. 110).

Por isso mesmo, a atividade se deu coletivamente. O trabalho foi realizado por equipes, onde a apropriação do conhecimento pelos estudantes se deu primeiramente na interação entre os membros de cada grupo na leitura, interpretação e discussão dos textos e, posteriormente, na interação entre os grupos durante a apresentação de cada equipe sobre a sua compreensão do assunto. Além disso, a mediação do estagiário buscou direcionar o trabalho para que os alunos se apropriassem das relações que os temas estabelecem entre si e com os assuntos já estudados.

Durante o processo foi possível verificar que os estudantes estavam se apropriando do conhecimento já em meio às leituras e discussões em grupo, pois os membros das equipes dialogaram entre si sobre as principais questões trazidas pelos textos. Ao longo dessa primeira parte do processo os estudantes também procuraram o estagiário para sanar as dúvidas a respeito dos temas. Nesse sentido foi possível constatar que os alunos se mostraram interessados pelo tema, relacionando a questão religiosa da Antiguidade com questões atuais do campo religioso, utilizando também suas perspectivas e experiências anteriores na apropriação do conhecimento histórico trabalhado.

Posteriormente, durante a apresentação das equipes (o seminário propriamente dito), as carteiras da sala foram organizadas em forma de semicírculo para que todos pudessem ouvir as contribuições dos colegas e também levantar questões sobre os temas. Nessa parte, o estagiário, mediando o estudo, buscou trazer à memória dos alunos assuntos já estudados para que estabelecessem a relação entre eles e os temas apresentados no momento. Durante a apresentação, alguns alunos fizeram perguntas sobre os temas de outros grupos buscando uma compreensão sobre o assunto apresentado. Nesse sentido, também na apresentação dos seminários se deu a interação entre os estudantes, fomentando a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento dos alunos.

## **Resultados**

Com a realização do seminário, o aprendizado dos estudantes foi enriquecido, pois puderam se apropriar da História de Roma em um contexto mais amplo. O estudo teve como foco o âmbito cultural, abordando as trocas culturais nas práticas religiosas, levando os alunos à compreensão das relações entre os romanos e os povos vizinhos para além das relações políticas ou militares. Os estudantes também puderam se apropriar do conhecimento sobre a cultura romana de uma forma mais ampla, que superou a apresentação da mitologia greco-romana como uma tradição estanque e atemporal, sem influências culturais. Assim, os estudantes puderam aprender sobre História Antiga a partir de uma abordagem que buscou superar uma visão eurocêntrica sobre o período. Além disso, compreendendo as interações culturais nos cultos praticados em Roma, os alunos também puderam se apropriar de forma geral do caráter histórico e temporal das culturas, que são resultados da ação humana ao longo do tempo. Portanto, as atividades idealizadas durante o estágio foram aplicadas conforme o planejamento e foi possível atingir em sala de aula os resultados esperados.

Nesse sentido, também a disciplina de Estágio III cumpriu seu objetivo de propiciar aos acadêmicos a ação docente em uma turma de Ensino Médio e a reflexão sobre o ensino de História. A atividade foi planejada conforme os documentos normativos da educação e as orientações de professoras mais experientes (a orientadora do estágio e a supervisora titular da escola). O planejamento da regência no estágio também suscitou uma pesquisa bibliográfica sobre os temas das aulas, evidenciando a importância da pesquisa para o professor da educação básica.

Também é preciso ressaltar a importância do tempo disponibilizado na disciplina para o registro e organização das experiências vividas durante o estágio. Esse último momento da disciplina de Estágio III possibilitou a reflexão sobre a ação docente em sala de aula, cumprindo a proposta de unir teoria e prática na formação de professores desde a universidade, como propõem Pimenta e Lima (2006).

## Conclusão

Nesse artigo foi possível refletir sobre uma atividade de ensino, desenvolvida durante o estágio supervisionado. Nesse sentido, o artigo é um esforço na busca por unir teoria e prática na formação docente. No período do estágio foi possível desenvolver a pesquisa sobre os temas das aulas e a observação do contexto escolar antes da atuação. Depois foi disponibilizado um período da disciplina de Estágio III para a organização dos registros da experiência vivida e reflexão sobre a mesma. Assim, através da realização do estágio, foi possível desde a formação inicial na universidade unir teoria e prática na formação docente, confirmando que a pesquisa e a discussão teórica são fundamentais para professores e professoras da educação básica.

A atividade de ensino desenvolvida no estágio visou levar os alunos de uma turma de Ensino Médio à compreensão da história de Roma a partir do estudo das interações e trocas culturais existentes nas práticas religiosas dos romanos. Assim, a atividade buscou romper com uma visão eurocêntrica da História Antiga, evidenciando as influências de outros povos na cultura romana. Além disso, como a atividade consistiu em uma realização de trabalho em equipe, os estudantes puderam desenvolver sua interpretação e sua argumentação ao debater ideias e chegar a consensos, sintetizando os pontos principais das informações lidas nos textos. Assim, por meio do seminário, foi possível uma apropriação ativa do conhecimento histórico pelos estudantes, com a mediação do estagiário.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 17 abr. 2022.



BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

CARVALHO, Alexandre Galvão. Diálogos entre a História Antiga e o ensino de História. **Perspectivas e Diálogos**: Revista de História Social e Práticas de Ensino. Caetité, BA: UNEB – Campus IV, v. 2, n. 6, p. 17-34, 2020.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

MARQUES, João Marcos Alves. **O exército romano e as representações do deus Mitra**: possibilidades interpretativas. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Humanidades. Mestrado Acadêmico em História e Culturas. Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=83907>. Acesso em: 23 jun. 2022.

PARRA, Amanda Giacon. **As religiões em Roma no Principado**: Petrônio e Marcial (séculos I e II d.C.). 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-graduação em História. Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista (UNESP). Assis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93398>. Acesso em: 23 jun. 2022.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. **Póiesis pedagógica**. Catalão, GO: UFG – Regional Catalão, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2006.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

ROSA, Cláudia Beltrão da. A Religião na Urbs. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (orgs.). **Repensando o Império Romano**: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 137-160.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2020.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. [S. l.]: [S. n.], 2014.



# **Ação de educação alimentar e nutricional no estágio de saúde coletiva referente à avaliação do estado nutricional de crianças de até 6 anos**

Innayá Daltoé  
Aline Antunes Ghidolin  
Graziela da Rocha Nicoladeli  
Rita Suselaine Vieira Ribeiro  
Paula Rosane Vieira Guimarães

**Resumo:** A avaliação do estado nutricional é um método importante para observar se o crescimento e o desenvolvimento da criança estão adequados para sua fase de vida. O objetivo desta ação de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) foi avaliar o estado nutricional de 226 crianças matriculadas em dois Centros de Educação Infantil de Criciúma, durante o estágio de Nutrição em Saúde Coletiva. Foi realizada a aferição do peso e comprimento/estatura, os dados foram inseridos no programa WHO Anthro para as crianças de até 5 anos e calculados a mão para as crianças maiores que essa faixa etária e através do percentil foi possível classificar seu estado nutricional por meio da tabela da Organização Mundial da Saúde (OMS). Como resultado, observou-se que há uma maior prevalência de crianças eutróficas e com risco de sobrepeso e sobrepeso. A experiência de ensino foi muito positiva, visto que as diretoras foram receptivas e o auxílio das professoras foi muito importante para o desenvolvimento da pesquisa.

**Palavras-chave:** Estado nutricional. Crianças. CEI.

## **Introdução**

A avaliação do estado nutricional é um método importante para observar se o crescimento e desenvolvimento da criança estão adequados para sua fase de vida, tendo como objetivo a realização de intervenções em casos contrários, visando a melhoria da sua qualidade de vida (MELLO, 2002).

Essa avaliação é feita através das curvas de crescimento da Organização Mundial da Saúde (OMS) para crianças e adolescentes de 0 a 19 anos, que classificam o estado nutricional em eutrofia, desnutrição, sobrepeso e obesidade. Existem 4 tipos de curvas separadas por sexo, sendo elas: peso por idade, peso por estatura/comprimento, estatura/comprimento por idade e IMC por idade (SAPS, [20- -]).

De acordo com uma pesquisa realizada com crianças menores de 5 anos de idade no Brasil, foi identificado um prejuízo nutricional, com um índice maior de excesso de peso e baixa altura, sendo que a maior prevalência de risco de sobrepeso (22,2%) e de sobrepeso (8,5%) foi observada na região Sul do país (UFRJ, 2022).

As atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) são ações multiprofissionais que buscam garantir o direito à uma alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional (SAN) para a população, sendo importante para a melhoria da sua qualidade de vida (MDS, 2018).

Sendo assim, o objetivo da ação realizada em dois Centros de Educação Infantil (CEI) de Criciúma, foi avaliar o estado nutricional de crianças de 0 a 6 anos para identificar possíveis problemas nutricionais e informar as diretoras. Estas poderão compartilhar os dados a quem possa criar intervenções para solucioná-los.

## Referencial teórico

A obesidade é uma doença crônica não transmissível multifatorial, caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal (SAPS, [202-]). Entre os principais fatores que podem estar associados ao seu desenvolvimento estão a má alimentação, caracterizada pelo consumo de alimentos industrializados, e fast foods e o sedentarismo (SILVA; COSTA, 2018). O sobrepeso e a obesidade podem trazer várias consequências que se estendem a longo prazo, como diabetes, doenças cardiovasculares e câncer, caracterizando-se como um grave problema de saúde pública no Brasil (GUEDES; MELLO, 2021).

A prevalência da obesidade entre as crianças vem aumentando em todo o mundo. No Brasil o cenário não é diferente, como mostra uma pesquisa realizada no Acre em 2015 com 10.314 crianças de 0 a 5 anos cadastradas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) Web, em que 18,4% demonstraram risco de sobrepeso, 8,4% sobrepeso e 7,2% obesidade (COSTA *et al*, 2017).

Corroborando com isso, Vasconcelos e colaboradores (2019) em sua pesquisa usando o índice antropométrico IMC por idade em pré-escolares e escolares de 4 a 10 anos, também obtiveram como resultado maior número de crianças com excesso de peso, abrangendo risco de sobrepeso, sobrepeso, obesidade e obesidade grave, totalizando 52%. Além disso, o mesmo estudo demonstrou que 4% apresentaram magreza acentuada e 4% magreza (VASCONCELOS, 2020). Um outro estudo realizado com crianças de 6 a 10 anos demonstrou que a prevalência de desnutrição está diminuindo ao passo que a de sobrepeso está aumentando (SILVA; COSTA, 2018).

## **Metodologia**

Essa pesquisa foi desenvolvida durante o estágio de Nutrição e Saúde Coletiva em dois Centros de Educação Infantil (CEI A e B) de Criciúma, durante a realização do estágio de Nutrição em Saúde Coletiva, atendendo a uma demanda sugerida pela nutricionista da Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma (AFASC), tendo como objetivo avaliar o estado nutricional das crianças.

Primeiramente, foi conversado com as diretoras dos CEIs juntamente com a orientadora de estágio para marcar os dias das visitas e solicitar tabelas com os nomes de todos os alunos, sua data de nascimento e espaço para colocarmos seu peso e estatura/comprimento.

A ação foi realizada no período matutino, nos dias 7, 8, 11 e 12 de abril. Os equipamentos necessários foram uma balança pediátrica para bebês, uma balança digital para aferição de peso de crianças maiores, um estadiômetro e uma faixa para medir crianças deitadas cedidas pela coordenação do curso de Nutrição. Foram avaliadas 226 crianças no total, sendo 75 do CEI A (de 0 a 6 anos) e 151 do B (de 0 a 5 anos).

Figura 1 - Aferição do comprimento.



Fonte: Própria (2021).

Figura 2 - Aferição do peso.



Fonte: Própria (2021).



Figura 3 - Aferição da estatura no estadiômetro.



Fonte: Própria (2021).

Após as visitas os dados foram inseridos no programa WHO Anthro para as crianças até 5 anos, que gerou como resultado uma curva para avaliação do estado nutricional das mesmas e através do percentil informado no programa foi possível fazer a análise individual dos alunos mediante a tabela adaptada da Organização Mundial da Saúde (OMS), disponibilizada no protocolo do SISVAN para crianças menores de 10 anos.

Para classificação do estado nutricional das crianças do CEI A foi necessário fazer uma divisão de grupos, pois 60 delas eram menores de 5 anos e 15 eram maiores. Para avaliar as crianças maiores de 5 anos, calculamos o IMC (índice de massa corporal) e depois analisamos o escore-z nas curvas de crescimento do Ministério da Saúde para classificar na tabela adaptada da OMS.

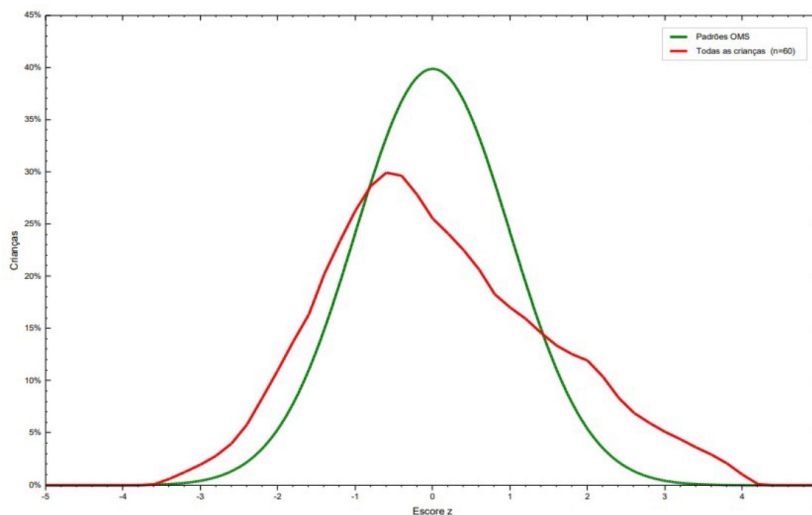
## Experiência de ensino

Com a realização da avaliação do estado nutricional dos pré-escolares, obteve-se como resultado que a maioria apresenta eutrofia, porém há números significativos de crianças com algum distúrbio nutricional. No CEI A, com relação às crianças menores de 5 anos, 65% delas apresentaram eutrofia (n=49), 16% risco de sobrepeso (n=12), 12% sobrepeso (n=9), 3% obesidade (n=2) e 4% magreza (n=3). Das crianças maiores de 5 anos avaliadas, 10 são eutróficas (67%) e 5 apresentam sobrepeso (33%). Já no CEI B, 65% apresentou eutrofia (n=98), 19% risco de sobrepeso (n=29), 13% sobrepeso (n=20), 1,5% obesidade (n=2) e 1,5% magreza (n=2), ambos tiveram resultados semelhantes.

Um estudo realizado em Minas Gerais com crianças menores de 10 anos cadastradas no SISVAN, também revelou um maior número de crianças com sobrepeso comparadas às com desnutrição, sendo que a prevalência de sobrepeso foi maior entre a população urbana e a desnutrição foi maior na população rural (MENDES *et al*, 2010).

Conforme os gráficos gerados no aplicativo WHO Anthro obteve-se as seguintes curvas (Figura 4 e 5).

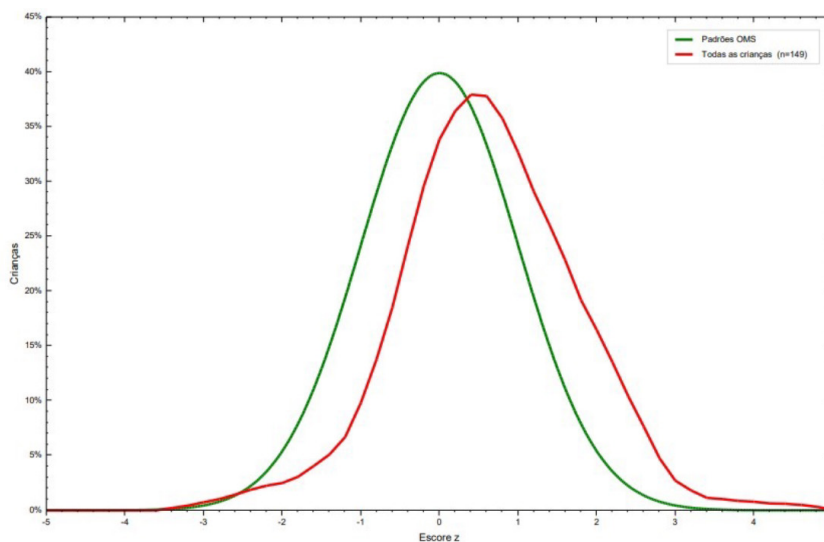
Figura 4 - Gráfico de classificação do estado nutricional de IMC por idade do CEI A, Criciúma (n = 60).



Fonte: WHO Anthro

A curva verde é a curva de distribuição normal (padrão OMS) e a curva vermelha representa as crianças que foram pesadas e medidas no CEI A. A curva apresenta um leve desvio para a esquerda e está mais baixa que a curva de referência, ou seja, as crianças apresentam uma tendência para baixo peso/magreza e uma estatura mais baixa para a idade.

Figura 5 - Gráfico de classificação do estado nutricional de IMC por idade do CEI B, Criciúma (n = 151).



Fonte: WHO Anthro



A partir da interpretação do gráfico, podemos observar que a curva apresenta um desvio para a direita, ou seja, tem uma tendência para excesso de peso. Porém, o estado nutricional predominante entre as crianças é a eutrofia (adequado), conforme a classificação da curva de crescimento do Ministério da Saúde.

A experiência de ensino foi muito positiva, visto que as diretoras e professoras foram receptivas e algumas crianças estavam com expectativa do que ia acontecer, principalmente as mais velhas. Já as crianças menores ficaram apreensivas com a atividade por sair muito de sua rotina, por isso o auxílio das professoras nessa etapa foi muito importante.

## Conclusão

Com o desenvolvimento dessa ação, foi possível colocar em prática os aprendizados obtidos ao longo da graduação e fazer o manuseio correto dos equipamentos e programas de avaliação do estado nutricional das crianças. Com os resultados, podemos perceber que apesar da maioria delas serem eutróficas, algumas apresentaram sobrepeso ou magreza, o que é preocupante, visto que estão em uma fase de crescimento e desenvolvimento. Os resultados serão devolvidos para as diretoras dos CEIs que poderão ser encaminhados à nutricionista da AFASC para uma possível intervenção.

## Referências

BRASÍLIA, Ministério da Saúde. **Curvas de Crescimento da Organização Mundial da Saúde - OMS**. Brasília: Secretaria de Atenção Primária à Saúde, [202-]. Acesso em: 22 de abr 2022. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/vigilanciaalimentar/curvascrescimento>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASÍLIA, Ministério da Saúde. **Excesso de peso e obesidade**. Brasília: Secretaria de Atenção Primária à Saúde, [20- -]. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/promoacaosaude/excesso>. Acesso em: 26 de abr 2022.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. **Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2018. 50 p. Disponível em: [encurtador.com.br/nE179](http://encurtador.com.br/nE179). Acesso em: 24 mar. 2022.

COSTA, Ruth Lima da Costa *et al.* Avaliação do estado nutricional de crianças entre 0 a 05 anos no estado do Acre através do Sisvan Web no ano de 2015. **DêCiência em Foco**. Acre, v. 1, n. 2, p. 27-42, 2017.

GUEDES, Dartagnan Pinto; MELLO, Ellen Rodrigues Barbosa. Prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes brasileiros: revisão sistemática e metanálise. **ABCS Health Sci.** [s.l], v. 46, p. 1-12, jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.7322/abcshs.2019133.1398>. Acesso em: 26 abr. 2022.

MELLO, Elza Daniel. O que significa a avaliação do estado nutricional. **Jornal de Pediatria.** [s.l], v. 78, n. 5, p. 357-358, 2002. Disponível em: [encurtador.com.br/rCSY9](http://encurtador.com.br/rCSY9). Acesso em: 22 abr. 2022. Acesso em: 22 de abr 2022.

MENDES, Mariana Santos Felisbino *et al.* Avaliação do estado nutricional de crianças menores de 10 anos no município de Ferros, Minas Gerais. **Rev Esc Enferm USP.** Minas Gerais, v. 44, n. 2, p. 257-264, abr./ 2009. Disponível em: [encurtador.com.br/tACNX](http://encurtador.com.br/tACNX). Acesso em: 26 abr. 2022.

SILVA, Larissa Ferreira; COSTA, Adriana Barbosa. **Prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças de diferentes condições socioeconômicas.** 2018. 30 f. Monografia (Graduação) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/12589>. Acesso em: 27 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Estado Nutricional Antropométrico da Criança e da Mãe: Prevalência de indicadores antropométricos de crianças brasileiras menores de 5 anos de idade e suas mães biológicas: ENANI 2019.** Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2022. (96 p.). Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

VASCONCELOS, Silvana Henriques *et al.* Avaliação do estado nutricional de crianças de uma escola municipal de Campina Grande-Paraíba. Research, **Society and Development.** [s.l], v. 9, n.1, p. 1-14, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i1.1789>. Acesso em: 26 abr. 2022.

**Diagnóstico territorial em saúde mental:  
relato de estágio em psicologia social no projeto  
de extensão “esperança do verbo esperar:  
fortalecimento de vínculos comunitários para a  
promoção de saúde no território Paulo Freire II”**

Tamiris Cardoso Costa  
Thalita Felisberto da Silva  
Dipaula Minotto da Silva  
Zolnei Vargas Ernesta de Cordova

**Resumo:** O presente trabalho apresenta o relato de experiência do estágio obrigatório em Psicologia Social vivenciado no Projeto de Extensão “Esperança do verbo esperar: fortalecimento dos vínculos comunitários para a promoção da saúde no território Paulo Freire II”. O projeto atua nas comunidades Paraíso e Tereza Cristina em Criciúma. Tem como objetivo a promoção da saúde a partir da Educação Popular de Paulo Freire. Aborda-se um recorte sobre o mapeamento em saúde mental no território e a possibilidade de criação de um dispositivo territorial de cuidado em saúde mental. Apoiou-se na proposta metodológica do Mapeamento Psicossocial Participativo, o qual já estava sendo realizado pelo projeto desde 2021. Esta metodologia entende que a compreensão do território se dá de forma ativa, em diálogo com seus principais atores sociais. Para tanto, a observação participante e a escuta ativa e o registro em diário de campo foram ferramentas importantes, possibilitando a construção da proposta. Percebe-se que há uma relação fragilizada entre a rede de atenção psicossocial, devido a falta de sistematização das informações, a alta demanda de trabalho em razão da quantidade de profissionais na equipe, dificultando a troca e o trabalho intersetorial das equipes. Desta forma, embora evidenciado a potencialidade do cuidado territorial em saúde mental, é necessário a informatização sobre a saúde mental da comunidade e o diálogo. Sugere-se o fortalecimento dos grupos que já consolidados no território e a valorização da atenção básica como referência da atenção, bem como, o PTS e o matriciamento como via de compartilhamento do cuidado.

**Palavras-chave:** Saúde Mental; Promoção de saúde; Mapeamento Psicossocial Participativo; Psicologia Social.

## Introdução

O presente trabalho apresenta considerações e o relato de experiência do estágio obrigatório em Psicologia Social vivenciado no Projeto de Extensão “Esperança do verbo esperar: fortalecimento dos vínculos comunitários para a promoção da saúde no território Paulo Freire II”, atuante nas comunidades do Paraíso e Tereza Cristina em Criciúma. Desta forma, aborda um recorte acerca do mapeamento em saúde mental do território e da possibilidade de criação de um dispositivo territorial de cuidado em saúde mental.

A Psicologia Social e Comunitária serviu-nos como aparato técnico e teórico na execução e análise deste mapeamento. Este campo ressalta o processo dialético da construção de conhecimento e da compreensão do sujeito. Entende a prática enquanto produção de saber, considerando assim, que não há um único agente de saber, mas múltiplos autores, e que é a partir desta troca e contato que realmente se atinge algum saber, carregando assim, seu caráter crítico e subversivo às práticas tradicionais da Psicologia.

Compreende-se, neste sentido, a comunidade como terreno fértil para as produções de vida, afeto e sentido. Pauta-se a prática no desenvolvimento da autonomia das pessoas e na potencialização das relações estabelecidas, construindo espaços de alteridade e diálogo, em contrapartida aos modelos individualizantes. Assim, a comunidade é o espaço privilegiado para a promoção da saúde, a partir de uma atuação territorializada, pensada estrategicamente para atingir as demandas daquela população, às quais, muitas vezes, não estão relacionadas apenas as doenças propriamente ditas e as medicações, mas às contingências e as condições de vida, como alimentação, renda, moradia, lazer, educação, cidadania.

Neste sentido, o CAPS é o dispositivo central na estratégia de atenção em saúde mental. A partir dele, articula-se toda a rede de políticas e equipamentos de saúde, promovendo a atenção intersetorial e integral ao usuário de saúde mental. Realizam atendimento para os usuários e famílias de saúde mental, como também, promovem grupos e oficinas terapêuticas, e geração de renda (BRASIL, 2004). A Portaria no 3.088, de 2011, enfatiza a importância de estratégias de cuidado no território, com vistas à promoção de autonomia e cidadania (BRASIL, 2011). Desta forma, a proposta inicial do projeto consistia na construção de um dispositivo territorial de cuidado em saúde mental. Assim sendo, realizou-se o mapeamento em saúde mental na comunidade, a fim de verificar a viabilidade deste projeto. Serão apresentados as principais considerações e resultados obtidos desta experiência.

## Referencial Teórico

O campo da saúde mental, como se refere Paulo Amarante (2007) é multifacetado e não deve ser reduzido à área da psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais, ao diagnóstico e à medicalização do sofrimento psíquico. É um vasto campo de conhecimento e atuação em saúde, que se engendra de forma plural, intersetorial e transversal. Neste sentido, não é uma área distinta da saúde, de modo geral. Articula-se aos aspectos psicossociais e aos modos de sociabilidade da vida, produtores de saúde-doença (AMARANTE, 2007 *apud* CFP, 2022).

Neste sentido, no Brasil, o movimento da Reforma Psiquiátrica esteve dialogada diretamente com o movimento da Reforma Sanitária, discussões que efervesceram durante o período da ditadura militar no país, em defesa dos direitos humanos e da democracia. Assim, foi principalmente após a 8 Conferência Nacional de Saúde, que o movimento da Reforma Psiquiátrica ganhou impulso. Construíram-se formas alternativas de cuidado em saúde mental, no combate aos manicômios como forma de estrutura social e lógica de cuidado, como também, houve a criação do Movimento da Luta Antimanicomial, a partir da atuação do Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental e da I Conferência Nacional de Saúde Mental em 1987, realizada em Bauru, com o lema “Por uma sociedade sem manicômios”, envolvendo profissionais, usuários e familiares e outros atores da sociedade (BARROS, 2022).

A luta constante teve como um de seus resultados a promulgação da Lei n 10.216/2001, após 12 anos de tramitação. Esta lei é um marco da Reforma Psiquiátrica, pois instituiu um redirecionamento das políticas públicas de saúde mental, o fechamento dos manicômios, a Rede de Atenção Psicossocial, e os direitos das pessoas com transtorno mental (BARROS, 2022).

Desta forma, o CAPS é o dispositivo central na estratégia de atenção em saúde mental. A partir dele, articula-se toda a rede de políticas e equipamentos de saúde, promovendo a atenção intersetorial e integral ao usuário de saúde mental. Realizam atendimento para os usuários e famílias de saúde mental, como também, promovem grupos e oficinas terapêuticas, e geração de renda (BRASIL, 2004). A Portaria no 3.088, de 2011, enfatiza a importância de estratégias de cuidado no território, com vistas à promoção de autonomia e cidadania (BRASIL, 2011). Esta rede tem como objetivo a desinstitucionalização da loucura.

Conforme Hirdes (2009), desinstitucionalizar significa ensejar o deslocamento da atenção em saúde mental para a comunidade, de forma a desconstruir com a divisão realizada pela psiquiatria tradicional entre a “doença” e a ”pessoa”. Sendo assim, a Reforma Psiquiátrica

defende o cuidado em liberdade na perspectiva da clínica ampliada, o fortalecimento da autonomia e do protagonismo da pessoa em sofrimento psíquico a partir de uma escuta humanizada, e o combate à estrutura social manicomial que permanece em nossos imaginários, a qual serve à opressão e a segregação social.

Desse modo, segundo a Portaria no 3.088, que institui a RAPS, a atenção em saúde mental deve ser organizada de forma intersetorial, objetivando a desinstitucionalização e a integralidade do cuidado (BRASIL, 2011). Nesse sentido, a atenção básica é a porta de entrada da rede de saúde, atua na promoção, proteção e recuperação da saúde, e possui como diretriz fundamental, o cuidado integral, considerando os determinantes sociais de saúde e a promoção da autonomia dos sujeitos, do cuidado de si (GIOVANELLA et. al, 2012).

Assim, o cuidado integral em saúde é uma diretriz fundamental da atenção primária em saúde. Este conceito, compreende a saúde a partir de seu conceito ampliado, trazendo o contexto sócio-político e as características do território como determinantes dos processos de saúde-doença. Desta forma, entende-se que este princípio considera os sujeitos em sua totalidade, e que na busca de atingir os objetivos da atenção básica em saúde, ultrapassa os muros deste serviço e se articula no território, produzindo conhecimento e autonomia junto às famílias e usuários (MACHADO et. al, 2007).

Podemos compreender a importância da Psicologia Social e Comunitária, na qual, a partir de uma visão interdisciplinar, foi possível se aproximar da comunidade, entender suas necessidades, valorizar seus saberes e em conjunto, promover autonomia. Concorda-se com Andery (2012, p. 208), que a psicologia, sobretudo, deve colocar seus recursos “em prol do processo de libertação” das pessoas e comunidades.

Tal importância se dá também, hodiernamente, devido aos incessantes retrocessos e tentativas de desmonte da política de saúde mental no Brasil. Pesquisas apontam que houve uma inversão do gasto em saúde mental, com maior incentivo para Comunidades Terapêuticas e Hospitais Psiquiátricos. Portanto, é necessário resistir às tentativas de desmonte, favorecer o debate acerca do modelo assistencial pautado na criticidade e em uma posição ética-política, valorizando ações territoriais com vistas ao cuidado em saúde mental de forma integral (CRUZ et al., 2020).

## **Metodologia**

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência a partir de um recorte do estágio obrigatório em Psicologia Social no Projeto de Extensão “Esperança do verbo esperar: fortalecimento de vínculos comunitários para a promoção da saúde no Território Paulo Freire II”. Desta forma, pretende-se compartilhar a experiência da realização do mapeamento e diagnóstico territorial em saúde mental nesta comunidade.

A disciplina de estágio supervisionado em psicologia social, prevê: estudo teórico, observação participante, desenvolvimento de projeto, intervenção em campo e análise das atividades desenvolvidas.

Neste primeiro momento do estágio, a observação participante e a escuta ativa foram ferramentas importantes para conhecer o serviço, os usuários, os profissionais, e construir a proposta de atuação. Como aponta Marconi e Lakatos (2019), a observação participante integra o observador ao grupo, de forma que esta vivencia e compartilha das mesmas experiências. Sendo assim, o observador não se isenta, está implicado nesta rede, produzindo sentidos e considerações a partir da sua percepção. Desta forma, a observação participante requer como complemento a escuta ativa e qualificada das representações, conhecimentos e narrativas das pessoas, com o objetivo de alcançar essa proximidade com a realidade do território.

Foi utilizado como registro e reconhecimento destas vivências, o diário de campo. Este instrumento serve como uma possibilidade de materialização das experiências, permitindo o contato e a revisão das impressões e compreensões tidas (FREITAS & PEREIRA, 2018).

Apoiamo-nos na proposta metodológica do Mapeamento Psicossocial Participativo, o qual já estava sendo realizado pelo Projeto de Extensão no ano de 2021. Esta metodologia entende que esta compreensão do território não se dá de forma passiva, mas sim, em diálogo com os seus principais atores, serviços, e aspectos, com o objetivo de identificar as necessidades e potencialidades deste local a partir das relações estabelecidas. Para Lima e Bonfim (2012), esta proposta metodológica é considerada participativa, pois promove a inserção da comunidade, a partir dos seus aspectos subjetivos e sociais.

## **Resultados**

O estágio teve início no CAPS II de Criciúma. A proposta, a princípio, consistia na criação de um dispositivo territorial de cuidado em saúde mental, intitulado “Diálogos abertos”.



Para tanto, era preciso conhecer os usuários do CAPS do território, assim como, aproximarmos das práticas de cuidado em saúde mental.

Deste modo, foram realizadas duas semanas de observação e participação dos grupos terapêuticos no CAPS. Participamos do grupo de Arteterapia com os moradores do SRT, do Grupo Aberto, da Oficina de Dança e da Oficina de Meditação. Também dialogamos com os usuários do serviço em outros espaços de convivência.

Nesse sentido, a partir da vivência com os grupos, foi possível identificar o forte vínculo entre os usuários e o CAPS e o afeto e cuidado envolvido. Muitos usuários traziam em suas histórias relatos de sofrimento e violações de direitos que sofreram pela sua condição, e nas instituições às quais foram internados, enfatizando como o CAPS é um espaço seguro para eles.

Também observamos a autonomia dos grupos e sua autogestão, o respeito entre os usuários e as limitações de cada um. Percebemos as especificidades entre os diversos grupos, em relação a comunicação, construção de vínculo, e a participação das atividades.

Além de conhecermos um pouco a história dos usuários com os quais tivemos contato, fizemos uma busca entre documentos em relação aos usuários que pertenciam ao bairro Tereza Cristina e Paraíso, tendo em vista a proposta do estágio. Percebemos que a informação de usuários por bairro não encontrava-se sistematizada, assim como, a demanda de trabalho dos profissionais era alta para atender esta informação. Assim, procuramos nas listas de acolhimento e nos prontuários de cada um as informações que desejávamos. Ao final, encontramos 13 usuários destas localidades. No entanto, muitos já haviam recebido alta ou tinham dificuldades em frequentar o serviço.

A partir destes dados, marcamos uma reunião com a psicóloga e as ACS deste território, a fim de compreender melhor a comunicação entre CAPS e território, e a promoção da saúde mental na atenção básica. Segundo a equipe, existe uma alta demanda em saúde mental na UBS, com preferência para atendimentos individuais, visto a baixa adesão à grupos; além disso, foi pautado a alta taxa de medicação dos usuários e a falta de comunicação entre os serviços.

Estas informações ampliaram o olhar sobre a rede de atenção em saúde mental, a qual, neste momento encontra-se defasada, pois não há uma comunicação entre os principais serviços de cuidado, nem informações sistematizadas que possibilitem a atuação. Segundo a Portaria no 3.088, que institui a RAPS, a atenção em saúde mental deve ser organizada de for-



ma intersetorial, objetivando a desinstitucionalização e a integralidade do cuidado (BRASIL, 2011). Verificando a existência de problemáticas além do que nossa atuação nos possibilita no momento, percebemos a necessidade de um maior contato com outros serviços de referência neste território, como o CRAS, UBS e Centro Comunitário, compreendendo-os como espaços potentes de promoção de saúde, cidadania e vínculo comunitário.

Ainda em período de observação e mapeamento das demandas do território, buscamos conhecer outros serviços de referência neste espaço. Segundo Milton Santos (2004), o território é um conjunto de sistemas o qual não deve ser analisado isoladamente. Nessa perspectiva, utiliza-se do conceito de território, considerando os diferentes movimentos e sentidos que circulam nas comunidades Paraíso e Tereza Cristina. Assim sendo, não é possível promover saúde se considerarmos este território de forma inalterável ou passiva. É preciso considerá-lo como um potente em recursos para a promoção da saúde, a partir das relações entre os sujeitos que o compõem.

Neste momento, procuramos ouvir além dos profissionais, as pessoas que constituem este local. A partir da escuta ativa, construímos espaços para o diálogo e a circulação de diferentes perspectivas e opiniões, convocando esta população a falar sobre sua comunidade e as demandas em saúde que consideram importantes. Desse modo, tentamos nos aproximar da Estratégia Saúde da Família (ESF) para entender sua relação com a comunidade, contudo, não tivemos êxito. Percebemos que a equipe encontra-se bastante exaurida, principalmente diante da pandemia de COVID-19. Assim, não conseguimos criar um vínculo fortalecido com a equipe, apesar da colaboração das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS).

Compreendemos que, neste território, o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) acaba sendo o local mais privilegiado de contato e interação com a comunidade. Lá, conversamos com a equipe, entendemos o serviço, e participamos de dois grupos, o do Serviço de Fortalecimento dos Vínculos Comunitários (SFVC) com a Terceira Idade e o do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF). Neste CRAS, o SFVC é realizado pela Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma (AFASC). Assim, a equipe do CRAS é reduzida em uma assistente social, psicóloga, e uma orientadora social, e a possibilidade de trabalho se deu com o grupo PAIF. O CRAS, segundo a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (BRASIL, 2005), destina-se ao cuidado socioassistencial às famílias, com o objetivo de desenvolver autonomia a partir do fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares. É por meio do PAIF que isto se concretiza, com atendimento psicossocial e oficinas. Além de

executar o mapeamento do território e das vulnerabilidades sociais, o CRAS atua no sentido de integrar toda a rede e garantir o acesso de direitos às pessoas e famílias.

Percebemos que a comunidade possui um vínculo bem estabelecido com este equipamento, o qual, constitui-se como uma das referências principais do território. Assim, o CRAS é o lugar de acolhimento e escuta neste local. Em relação aos grupos, percebemos a autonomia dos usuários em escolher as atividades que queriam desenvolver, como também, na possibilidade de falar e ser ouvido. Vimos, no grupo do PAIF, a potencialidade de desenvolver ações de promoção em saúde, a partir da educação popular, tornando-se este, nossa proposta de atuação. Além destes equipamentos, também fortalecemos nosso vínculo enquanto Projeto de Extensão com os líderes comunitários do bairro, e com a escola, através de reuniões e visitas. A partir dessas trocas, ampliamos nosso olhar sobre o mapeamento do território e os vínculos comunitários. A partir do mapeamento, foi possível, em reunião, organizar e planejar a nova proposta do projeto. Percebemos a necessidade de trabalhar a questão da saúde mental, mas também, a necessidade de promover autonomia nos cuidados em saúde.

Assim, nossa atuação pautou-se em ações de educação popular em saúde no CRAS, utilizando-se das Práticas Integrativas e Complementares (PIC's) como importantes agentes de promoção do cuidado em saúde, de modo integral.

## **Conclusão**

A partir do mapeamento podemos concluir que é a comunidade quem elege os lugares privilegiados para a troca de saberes e convívio social. Nesse sentido, ao se falar em promoção de saúde e saúde mental, é necessário que se conheça este território, suas características, valores, sentidos, necessidades e potencialidades, possibilitando uma atuação territorializada e direcionada pelos princípios do SUS - integralidade, universalidade, equidade e participação social.

Desta forma, evidencia-se a potencialidade do cuidado territorial em saúde mental, a partir da articulação com a rede, compreendendo que os outros serviços - mesmo ocupando outras áreas, como educação e assistência social - também são equipamentos de promoção de saúde, sendo assim, desempenham o papel de vinculação social tão caro ao trabalho desenvolvido.

Compreendemos que seria muito trabalhoso construir um novo grupo no território, sendo que já há outros espaços consolidados, e, principalmente, levando em consideração o contexto da atenção à saúde mental no território. Percebemos, que há uma carência de informações e troca entre os serviços de saúde mental e a atenção básica, fator dificultado pela alta demanda de trabalho para as equipes, em comparação ao número de funcionários, como também, a falta de sistematização das informações sobre os usuários da rede do SUS. Este fator dificulta a atuação intersetorial e integral, pois demanda um trabalho manual de sistematização, o qual se torna pouco prático, levando em consideração o contexto.

Como sugestões, reforçamos a importância do desenvolvimento de ações que desenvolvam o caráter diverso e autônomo dos grupos, incentivando a participação comunitária e promovendo inclusão social. Principalmente, com foco na rede intersetorial, envolvendo serviços do setor saúde, educação, assistência social e outras instituições coletivas potentes neste território, a partir de dispositivos territoriais de cuidado.

Assim como, levando em consideração a realidade das políticas públicas de saúde mental no Brasil, é necessário que construamos uma rede de cuidados efetiva, a partir da potencialização e valorização da Atenção Básica como referência. Urge, nesse sentido, a necessidade do diálogo mais aprofundado e eficaz entre a gestão e os serviços, reconhecendo as condições reais dos profissionais e dos serviços. Aponta-se o matriciamento como via de compartilhamento do cuidado e o Projeto Terapêutico Singular como estratégia de atenção aos casos mais graves.

## Referências

BARROS, Maria Veridiana S. Paes de. **Supervisão de orientação lacaniana na saúde mental**. Curitiba: Appris, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial**. Brasília: CFP, 2022.

SANTOS, Milton. **O território e o saber local: algumas categorias de análise**. Cadernos IPPUR/UFRJ, ano 1, n.1, jan/abr, 1986.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MACHADO, Maria de Fátima A. S. et. al. **Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS - uma revisão conceitual**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, vol. 12, n. 2, p 335-342, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DtJwSdGWKC5347L4RxMjFqg/?lang=pt>

GIOVANELLA, Lígia; MENDONÇA, Maria Helena M. Atenção primária à saúde. In: GIOVANELLA, Lígia (org.). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, p. 493-547.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. Disponível em: [http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/07/PNAS\\_2004.pdf](http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/07/PNAS_2004.pdf)

BRASIL. Portaria no 3.088, de 23 de dezembro de 2011. **Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília: Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: [https://cetadobserva.ufba.br/sites/cetadobserva.ufba.br/files/bvsm-saude-gov-brbvs-saudelegis-gm-2011-prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep-html.pdf](https://cetadobserva.ufba.br/sites/cetadobserva.ufba.br/files/bvsm-saude-gov-brbvs-saudelegis-gm-2011-prt3088_23_12_2011_rep-html.pdf)

BRASIL. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: [http://www.ccs.saude.gov.br/saude\\_mental/pdf/sm\\_sus.pdf](http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf)

ANDERY, Alberto A. Psicologia na comunidade. In: LANE, Silvia T. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

HIRDES, Alice. **A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re)visão**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, n. 1, p. 297-305, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/GMXXF9mkPwxfK9HXvfl39Nf/>

CRUZ, Nelson F. O.; GONÇALVES, Renata W.; DELGADO, Pedro G.G. **Retrocesso da Reforma Psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/j6rLVysBzMQYyFxFz6hgQqBH/?format=pdf&lang=pt>

FREITAS, Mateus; PEREIRA, Eliana R. **O diário de campo e suas possibilidades**. Revista Quaderns de Psicologia, v. 20, n. 3, p. 235-244, 2018. Disponível em: <https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v20-n3-freitas-pereira>

**Fonte Financiadora** - UNESC - Edital Território Paulo Freire II

# Possíveis conexões entre a arte antiga e as práticas contemporâneas: o uso de tecnologias para produção audiovisual em sala de aula

Aline Delavechia Rodrigues<sup>1</sup>  
Francine Nazário-Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente relato de ensino é resultante do projeto de estágio desenvolvido para a disciplina de Estágio III do curso de Artes Visuais - Licenciatura da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, realizado no Colégio Unesc da mesma instituição, com as turmas da 1ª série I e 1ª série II do Ensino Médio no primeiro semestre de 2022. Entre os conteúdos abordados no estágio durante o período de atuação da estagiária, estava previsto a produção de curta-metragem relacionado com o conteúdo teórico da Arte na Antiguidade, visto até o momento. Em duplas, os alunos desenvolveram um curta-metragem de até 1 minuto, com temas de Tragédia ou Comédia Grega, elaboraram a sinopse e as cenas, com enredo baseado nas histórias desse período e características próprias dos temas, assim experienciaram a linguagem do audiovisual, utilizando ferramentas tecnológicas de uso cotidiano. A proposta oportunizou aproximação entre teoria e prática possibilitando melhor assimilação do conteúdo entre os estudantes, além de proporcionar envolvimento entre eles.

**Palavras-chave:** Estágio Obrigatório, Ensino de Arte, Teatro Grego, Ensino Médio.

O presente relato de ensino é resultante do fragmento de uma das ações do projeto de estágio desenvolvido para a disciplina de Estágio III pela estagiária do curso de Artes Visuais - Licenciatura da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, e foi realizado no Colégio Unesc, na mesma instituição, com as turmas da 1ª série I (31 alunos) e 1ª série II

---

1 Universidade do Extremo Sul Catarinense, Artes Visuais Licenciatura/Criciúma - SC.

2 Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma - SC.

(36 alunos) do Ensino Médio e supervisionado pela professora do componente curricular Arte das turmas, no primeiro semestre de 2022. O total de horas desse estágio é de 12 horas/aula, entre 4 horas/aula de observação e 8 horas/aula de atuação, sendo que, por se tratar de duas turmas, e cada turma possuir 1 hora/aula do componente Arte, a carga horária foi dividida.

O Ensino da Arte é fundamental em todas as etapas da educação, pois através da Arte o aluno pode ser instigado a desenvolver o senso crítico, e a partir disso, compreender melhor as situações cotidianas, aproximando-os às suas realidades, subjetividades e conforme as singularidades, de acordo com Barbosa (1998, p. 16), “A arte, como linguagem presentacional dos sentidos, transmite significados que não podem ser transmitidos através de nenhum outro tipo de linguagem, tais como as linguagens discursiva e científica.” O componente curricular Arte vem sendo desenvolvido, de maneira que os alunos se sintam conectados com a realidade escolar. Mas, por outro lado, as instituições escolares enxergam necessidade de retomar os conteúdos de forma teórica, com finalidade de prepará-los para as provas e vestibulares que estão por vir, assim buscando melhor desempenho e conseqüentemente, melhores notas, propiciando oportunidades de ingresso nas universidades. As questões mais comuns de vestibulares são baseadas na História da Arte, então no ensino médio, as aulas estão mais voltadas a conteúdos teóricos, que provavelmente já conheceram no ensino fundamental, mas são retomados e reforçados, considerando o currículo da escola. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) afirma:

Para formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas. (BRASIL, 2018, p. 463)

Nessa fase da educação, os alunos estão saindo da adolescência e entrando na vida adulta, e isso gera conflitos internos, principalmente relacionados às profissões que irão seguir. Por esse motivo, a BNCC (2018) traz a importância de formar jovens críticos, criativos, autônomos e responsáveis, no qual é papel da escola proporcionar os processos de aprendizagem, sempre pensando na atualidade e realidade dos alunos. Alunos que são instigados à pesquisa, produção, compreensão, que busquem encontrar soluções ou então desenvolver meios que os aproximem da solução desses problemas. A tecnologia pode ser um meio de aproximar o alu-

no das aulas. Para o componente Arte, o audiovisual pode ser uma prática reveladora quanto às habilidades dos alunos.

A dimensão social do conhecimento ocorre na interação do sujeito com os objetos e com outros sujeitos, no confronto, na troca de concepções, ideias, teorias, sentimentos e desejos. Essa interação social, geradora de cultura (conhecimento), torna-se possível por intermédio da linguagem [...] (PIRES, 2010, p.284).

No decorrer da observação e em reuniões com a professora das turmas, conversamos sobre o planejamento das aulas, que já estavam traçadas com a escola. O tema na qual a professora iria iniciar era Arte na Antiguidade, com ênfase na Arte Egípcia, Grega e Romana, ficando assim, responsável pelo conteúdo e posteriormente, transformando-se no tema do projeto. Conforme Ana Mae Barbosa:

A Arte na Educação é um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento criador individual. Através da Arte, é possível desenvolver a percepção e imaginação para apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada. (2007, p.23)

A partir disso identificamos a necessidade de aproximar os alunos do tema, pois são acontecimentos e civilizações antigas, dos quais só conhecem teoricamente, o que pode ocasionar desinteresse entre os estudantes. Sendo assim, pensamos em conectar a realidade contemporânea deles com a arte na antiguidade, utilizando da tecnologia e seus próprios celulares, dos quais estão habituados em seus cotidianos, para estabelecer uma prática efetiva. Na atualidade, manifestações artísticas e culturais possuem características influenciadas por civilizações antigas e que permanecem até hoje, mostram a diversidade cultural e importância de mantê-las vivas. Quem seríamos nós sem um passado? Sem transformações?

No entanto, o vídeo também é um fenômeno de comunicação, que se dissemina de forma processual e não hierárquica no tecido social, confundindo os papéis de produtores e consumidores, podendo resultar daí um processo de troca e de diálogo não muito comum em outros meios (PIRES, 2010, p.285).

Percorrendo os caminhos da arte, nessas civilizações da antiguidade e buscando ligação com a atualidade, propusemos uma prática, na qual os alunos produziram um curta-metra-



gem de até 1 minuto, em duplas, utilizando dos meios tecnológicos e do próprio celular, com a temática Tragédia ou Comédia Grega. Além do audiovisual, passamos mais algumas orientações para o desenvolvimento do roteiro e da sinopse do curta-metragem. Dessa forma os alunos puderam pensar e planejar as ações das gravações, assim como os profissionais dessa área. Utilizou-se do Teatro Grego, por compreender que “[...] o Teatro Grego, deixa de pertencer à Grécia, para ser do mundo” (BRANDÃO, 1980, p.8).

O enredo poderia ser inventado ou adaptado de histórias da antiguidade grega, desde que seguissem as características da Tragédia que apresenta histórias trágicas de heróis, nobres e deuses e a Comédia que satiriza diversos aspectos da sociedade desde os costumes, hábitos, moral, figuras nobres, instituições políticas, dentre outros. Usamos como referencial teórico para essa atividade, a peça *Antígona*, desenvolvida por Sófocles e adaptada na contemporaneidade por Andréa Beltrão (2016).

Os estudantes após planejarem em sala de aula o enredo e as cenas a serem gravadas, iniciaram o processo de experimentação. Alguns optaram por não participarem como atores/atrizes, ficando por trás das câmeras ou então, pedindo aos colegas que desenvolvessem os papéis. Outros optaram por vídeos animados com personagens ou então imagens das figuras históricas da Grécia. O pátio, o entorno e o ginásio da escola foram transformados em cenários para as gravações. Usaram a imaginação e experimentaram de forma surpreendente o audiovisual.

Numa aventura com câmera e vídeo, os alunos descobrem a necessidade de elaborar roteiros, redigir um fio condutor, escolher lugares para a filmagem, assim como as funções necessárias à produção da obra (filmagem, montagem, sincronização). A respeito dessa descoberta, surgem algumas questões. O que suscitam essas ações? Sempre uma forte mobilização. Personalidades se descobrem por meio de outra maneira de conceber a escola (PIRES, 2010, p.288).

No último encontro realizamos a exibição e socialização dos curtas-metragens, no qual os alunos puderam falar sobre suas experiências, quais dificuldades e facilidades encontraram durante esse percurso. Observamos que durante a exibição, os estudantes sentiam-se envergonhados, no sentido de se verem em uma tela como protagonistas e também por estarem sendo observados pelos colegas. Surgiram elogios e críticas entre eles, no momento do diálogo.



Figura 1 - Socialização e exibição dos curtas-metragens 1ª série I



Fonte: acervo pessoal da estagiária

Figura 2 - Socialização e exibição dos curtas-metragens 1ª série II



Fonte: acervo pessoal da estagiária

Ao longo das exposições, os estudantes relataram dificuldades na atuação e desenvolvimento do enredo e evidenciaram a facilidade do uso das tecnologias e edição dos audiovisuais. A proposta de socialização das experiências, teve como objetivo principal a prática da criticidade e reflexão. Esse momento também foi fundamental para que os estudantes se sentissem protagonistas e artistas, mostrando a eles a potencialidade da Arte e sua aproximação ao cotidiano.

Dessa forma, concluímos que a conexão entre um conteúdo teórico e ferramentas tecnológicas do cotidiano dos alunos, proporcionaram melhor assimilação do tema proposto, estabelecendo relações entre Arte e vida e mobilizando para o uso dessas ferramentas em futuras produções artísticas.

## Referências

BARBOSA, Ana Mae. Arte/Educação e diferentes conceitos de criatividade. *In*: ZANELLA, Andrea Vieira (Org.). **Educação Estética e Constituição do Sujeito**: Reflexões em Curso. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2007. p. 23-28.

BARBOSA, Ana Mae. **Tópicos utópicos**/ Ana Mae Barbosa. Belo Horizonte: C/Arte, 1998. 198 p.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Teatro grego**: tragédia e comédia. Rio de Janeiro: Vozes, 1980. 127 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CANAL CURTA!. **Peça Antígona (Com Andrea Beltrão)**. Direção de Amir Haddad. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BII-yhr4giY&t=1s>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

PIRES, Eloiza Gurgel. A experiência audiovisual nos espaços educativos: possíveis interseções entre educação e comunicação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.1, p. 281-295, jan./abr. 2010.

Argos Editora da Unochapecó  
[www.unochapeco.edu.br/argos](http://www.unochapeco.edu.br/argos)  
[www.facebook.com/EditoraArgos](https://www.facebook.com/EditoraArgos)

Título: Saber e o Fazer dos Docentes – volume 9

Organizadores: Rodrigo Machado, Fabrícia Petronilho, Melissa Watanabe,  
Ismael Gonçalves Alves, Fernanda Guglielmi Faustini Sônego, Marcelo Feldhaus,  
Graziela Amboni Machado Menezes, Gisele Silveira Coelho Lopes, Luciane Bisognin Ceretta

Editor chefe: Ivo Dickmann

Assistente editorial: Elisângela Pinheiro e Nicole Brutti

Revisão: Laiza Letícia da Silva

Capa e Diagramação: Caroline Kirschner

Formato: PDF

Publicação: 2023

